



GT 40. Etnografia e documentos

Coordenador(es):

Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

André Gondim do Rego (IF Brasília)

Sessão 1

Debatedor/a: Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria Fernanda Maidana (Universidad Nacional de Tierra del Fuego)

Sessão 3

Debatedor/a: Martiniano Alcantara Neto (Universidade de Brasília)

Os documentos fazem parte do conjunto de materiais e artefatos acessados (e produzidos!) pelos antropólogos desde a institucionalização da disciplina. Em períodos diversos, eles atingem níveis de importância e de centralidade na consolidação do campo antropológico; níveis que vão do desprezo, enquanto fonte de informação imediata e dominação sobre aquilo que se documenta (LATOURET, 2012), ao esforço de encará-los por uma leitura a contrapelo, evidenciando as suas capacidades organizativas e criativas (HULL, 2012; ZEITLYN, 2012). Cada vez mais, os documentos são incorporados à prática etnográfica. Em várias de nossas pesquisas antropológicas, partes significativas do ponto de vista de “nossos outros” podem estar documentadas nos mais diversos formatos. Olhar atentamente para documentos representa uma porta de acesso às lógicas e práticas de funcionamento dos ambientes que os produzem, dos circuitos que eles são colocados e operam, das redes em que figuram e das relações de poder que aderem a eles. Esse GT pretende receber reflexões e estudos que perpassam a relação entre etnografia e documentos em diferentes sentidos. Nosso interesse recai tanto em investigações que tenham os documentos como elemento central, como para outras que os transpassam e os transbordam para o melhor entendimento do universo estudado.

Os limites e as possibilidades de lidar com documentos normativos e administrativos nos espaços abertos? da burocracia estatal

Autoria: Lilian Leite Chaves (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

Olhar através e olhar para os documentos se configuram como dois movimentos fundamentais para dimensionar a importância dos documentos na pesquisa etnográfica, sobretudo, nas pesquisas sobre instâncias estatais. A entrada dos pesquisadores em arquivos físicos ou em seções de órgãos estatais tem sido a via mais comum para os estudos etnográficos sobre documentos, sobretudo, a respeito dos seus processos de produção, circulação e de seus efeitos. Tal entrada é negociada e o acesso regulado, ora por normas vigentes para todos que trabalham no local, ora por normas específicas que visam controlar o work do pesquisador. O work etnográfico acaba por considerar os documentos e todo o seu entorno, e também por se considerar o controle que recai sobre o seu acesso e circulação. De maneira diferente, o objetivo desse work é adentrar a burocracia estatal a partir dos seus “espaços abertos”, isto é, sites e plataformas de governo que permitem ao pesquisador acessar documentos pela internet, sem uma prévia negociação para a pesquisa. Faz parte desse objetivo uma reflexão sobre os limites e as possibilidades de olhar para e através de documentos normativos e administrativos – como decretos, leis, portarias, resoluções, relatórios de gestão, relatórios de conferências, acordos –, a fim de alcançar as suas relações e os seus efeitos para as



populações por eles impactadas e para as dinâmicas e práticas estatais. Para fundamentar essa reflexão, a entrada etnográfica se dará a partir de documentos referentes ao campo da saúde mental, buscando mostrar como a partir dos documentos se organiza ao mesmo tempo a busca por cidadania, a reorganização de serviços, a construção de políticas públicas, um pouco do processo de fazer-se Estado.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: